

A manifestação da identidade nacional em *Uma estrela chamada Henry*, de Roddy Doyle

The manifestation of a national identity in *A star called Henry*, by Roddy Doyle

Beatriz Cristina Godoy¹

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O objetivo do presente artigo é realizar uma análise do romance *Uma estrela chamada Henry* (2001), do autor irlandês Roddy Doyle. A análise propõe-se a investigar de que maneira a identidade nacional se manifesta no contexto histórico-social que envolve o protagonista da narrativa ao longo de sua infância e juventude. A crise política e social que a Irlanda atravessa são refletidas na crise identitária da própria personagem. Durante a mobilização nacional e subsequente guerra civil que resultou na proclamação da República da Irlanda, a personagem desperta lentamente para o significado de se pertencer a uma pátria. Todos os desdobramentos resultantes desse despertar fazem com que Henry questione sua própria identidade enquanto sujeito e cidadão irlandês. A metodologia de investigação baseia-se principalmente em textos teóricos sobre a questão identitária de Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2006) e nos escritos sobre o surgimento de uma identidade nacional de Benedict Anderson (2008).

Palavras-chave: identidade; identidade nacional; movimento de libertação.

Abstract: The aim of the present paper is to analyze the novel *A star called Henry*, written by the Irish author Roddy Doyle. The analysis sets out to investigate in which ways a national identity manifests itself within the historical and social context that envelops the protagonist of the narrative throughout his childhood and youth. The political and social crisis that Ireland goes through are reflected in the identity crisis of the main character himself. During the national movement and the following civil war, which resulted in the independence of the Republic of Ireland, the character is slowly awoken to the true meaning of belonging to a nation. All the ensuing unfoldment of such awakening lead Henry to question his own identity not only as a subject but also as an Irish citizen. The applied methodology is based mainly in theoretical texts regarding the identity issue by Zygmunt Bauman (2005) and Stuart Hall (2006) and the writings concerning the spawn of a national identity by Benedict Anderson (2008).

Key words: identity; national identity; liberation movement

Submetido em 30 de setembro de 2016.

Aprovado em 27 de dezembro de 2016.

Introdução

A questão identitária é um dos assuntos mais centrais dos estudos sociais na atualidade. O surgimento de uma “crise de identidade” vem sendo percebida nos e pelos

¹ Graduada em Letras – Língua Inglesa e Literaturas pela UEM e Graduada em Comunicação Social pela PUC-PR, Mestre em Letras pela UEM e Doutoranda em Letras pela mesma instituição. E-mail: beadurden@hotmail.com

indivíduos ocidentais nos últimos séculos, especialmente após as Grandes Guerras do século XX, e fez ruir a noção que existia do ser humano como um sujeito unificado. A automatização da produção, os deslocamentos geográficos, a difusão dos meios de comunicação e o advento tecnológico provocaram o que Hall (2006) chama de um “descentramento” do indivíduo. O fato de estarmos cada vez mais conectados entre nós e o acesso às diferentes culturas e modos de vida, aprofunda cada vez mais o abismo entre um sujeito estável e definível e a grande colcha de retalhos que forma a real identidade do sujeito atual.

No presente trabalho vamos explorar os conceitos de identidade e identidade nacional e como o protagonista tenta estabelecer primeiro sua própria identidade e acaba por lentamente despertar para a realidade, ainda que fugaz, da existência de uma identidade nacional. Henry começa sua história como mais uma das crianças sem nome dos guetos de Dublin e vai construindo a sua história e acumulando identidades ao longo dessa.

É sob a luz dessa constatação que nos propomos a analisar o romance *Uma estrela chamada Henry* (2001), de Roddy Doyle. A obra de Doyle traz vários elementos relevantes a tal análise. A história de Henry é um retrato de toda uma sociedade que passa lentamente de uma situação de submissão para um estado de reconhecimento próprio e, a partir de então, se estrutura para tentar dar um fim à dominação inglesa, na esperança de reconquistar sua “verdadeira” identidade.

Antes de procedermos à entrada analítica do romance, é necessário explorar mais a fundo o conceito de identidade moderna e identidade nacional e as diferenças entre povo e nação.

Em virtude de alguns livros referenciais não terem sido traduzidos para o português, as traduções de trechos citados dessas obras são de responsabilidade da autora deste ensaio.

1. Identidade Moderna

Não é de hoje que homens e mulheres questionam suas reais identidades. Quem somos, como nos tornamos esta pessoa e o quão definitiva esta identidade é, são dúvidas que os teóricos acreditam terem estado sempre presentes na realidade do ser humano. A diferença é que nos últimos cem anos, esse questionamento parece ter se

deslocado para o centro das discussões sociológicas, e ainda assim, uma resposta definitiva nos parece cada dia mais pouco acessível.

A questão identitária nada mais é que o reflexo do desejo humano de se compreender enquanto ator social e de reconhecer nos demais a mesma função. A vida humana por vezes nos parece uma eterna busca por autoconhecimento, aceitação e conexão onde nós, homens e mulheres, tentamos definir nosso “lugar no mundo” e quem é “a nossa gente”. Mas a busca por respostas definitivas acaba por se tornar uma luta vã quando levamos em consideração que é impossível separar o indivíduo da sociedade em que vive, e a sociedade moderna é tanto instável quanto fugaz.

Habitantes de um mundo plural e em constante transformação, também nós, nossas escolhas e nossas certezas, parecem estar em ebulição constante. A pressão, não raramente autoimposta, de definirmos quem somos, se choca constantemente com uma realidade efêmera e mutável, nessa era que Bauman (2004) chama de *líquido moderna* e onde, para Hall (2006, p. 13) “a identidade torna-se uma celebração móvel”.

Do ponto de vista histórico, o debate em torno das identidades nunca pareceu tão relevante quanto nesse começo de século, uma vez que o século passado alterou radical e definitivamente o mundo e o modo em que vivemos, e tudo aconteceu com uma velocidade devastadora. É Giddens quem afirma que esse mundo novo em que vivemos é um “mundo em disparada” (2002, p. 22), em que não somente a velocidade das mudanças sociais, “mas também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores” (GIDDENS, 2002, p. 22, grifo do autor).

O século passado foi palco de um sem fim de revoluções nacionais, religiosas e étnicas. Guerras mundiais, civis e fronteiriças resultaram em uma nova delimitação territorial que alterou sensivelmente o *mapa mundi*, abolindo e dando à luz a novas nacionalidades. Junto com as fronteiras, foram-se a concretude das nacionalidades em uma onda de imigração que varreu o planeta. Uma nova geração de imigrantes, filhos de imigrantes e refugiados vive hoje a dicotomia de preservar sua antiga cultura enquanto tentam se enquadrar às novas realidades.

A supremacia do capitalismo enquanto sistema econômico fez com que, o mesmo trabalhador clamado por Marx a enxergar e questionar seu papel na máquina do poder, hoje viva em paz com seu desígnio na engrenagem capitalista desde que a mesma

atenda a seus desejos materiais e sacie seu insaciável desejo de comprar “estilos de vida”.

Os meios de comunicação passaram pelas ondas do rádio, e estas mesmas ondas propagaram ainda a TV e as transmissões via satélite, levando o mundo para dentro de nossas casas e permitindo ao ser humano acesso aos mais remotos cantos da terra. A Internet, esta revolução silenciosa e definitiva, alterou para sempre a maneira de as pessoas lidarem com o conhecimento ao deixar todas as respostas a um clique do *mouse*. Ela também está cada vez mais enovelada em nossas relações sociais, redefinindo a maneira com que nos relacionamos com os outros e com nós mesmos, permitindo a criação de outro mundo – virtual, mas simultâneo – dentro do mundo real.

E quem somos nós em meio a todas estas transformações? Como nos adaptamos a um mundo cada vez mais mutante, na nossa eterna procura por estabilidade e segurança? Quem tomar por modelo quando, nossos pais já não pertencem mais a realidade em que vivemos e, nossa versão de ontem não está apta a se relacionar com o mundo de hoje?

Em sua obra *Identidade* (2004), Bauman define a identidade não como um fator preexistente, mas como algo que precisa ser construído a partir de uma série de escolhas que vão se apresentando ao indivíduo no curso de sua existência. Entretanto, essas escolhas não são, de maneira alguma, limitantes ou definitivas. Assim como a sociedade gera novas realidades, se adapta e se desenvolve, também o arcabouço de nossas escolhas individuais está em constante mutação. Há, portanto aí um conflito. Porque, ou como, escolher algo como minha verdade pessoal quando isto só terá valia temporária? E como, definir quem somos através de nossas escolhas se elas não são definitivas, quem dirá, eternas? Segundo Bauman,

As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível’: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no ‘tempo real’, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude... (2004, p.16-7).

Também para Hall (2006), o ser humano não possui uma identidade *a priori*. O autor se baseia em estudos de Freud e Lacan de que a identidade é formada ao longo do desenvolvimento da criança em seu relacionamento com os outros, e levada para a vida adulta. Sendo assim, nunca teremos uma única identidade, ela estará sempre em formação, nunca terminada.

A “crise de identidade” se concretiza nesse processo de estarmos sempre construindo nossas identidades em castelos de areia, fadados ao desaparecimento, que não raramente são destruídos por nós mesmo. De estarmos à procura de algo definitivo que não pode definir, de solidez e segurança em um mundo etéreo e fugaz. Bauman acredita que “o anseio por identidade, vem do desejo de segurança” (2004, p. 35). Entretanto, este sentimento é dúbio. Por um lado, estar em busca de uma identidade pode sim, ser um sentimento deveras excitante, quando se está aberto às imensuráveis opções que o mundo oferece e todas as possibilidades de realização se apresentam possíveis. Mas que pode tornar-se motivo de inquietação diante da dificuldade e necessidade de escolha. Em contrapartida, uma decisão definitiva dentro de um contexto tão plural, gera a insegurança de se estar acatando uma coisa em detrimento de outras, quiçá ainda melhores. Resumindo, “Identificar-se com... significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar. Assim, talvez seja mais prudente portar identidades [...] como um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento” (BAUMAN, 2004, p. 37).

Com efeito, não é mais necessário que se faça uma escolha em exclusão a todas as outras. A nova realidade em que vivemos parece nos permitir transitar entre diferentes identidades sem tornar o caminho tortuoso. Em momentos específicos podemos dar maior vazão a uma determinada identidade, como quando nos encontramos com um grupo que tem em comum, digamos, a preferência por um estilo musical. Não obstante, é possível ainda acumular identidades e fazer uso das peculiaridades de cada uma se necessário for. É Bauman quem conclui que, “a liberdade de alterar qualquer aspecto e aparência da identidade individual é algo que a maioria das pessoas hoje considera prontamente acessível, ou pelo menos vê como uma perspectiva realista para o futuro” (2004, p. 91).

2. Identidade Nacional

Para a maioria de nós, a primeira grande marca identitária é a nacionalidade. Ao nascermos ainda não sabemos se torceremos pelo mesmo time de futebol que nosso pai, se seremos uma esposa boa e atenciosa como sonham as mães, se nos tornaremos médicos como nossos avôs ou professora, como nossas tias. Nem mesmo nossa sexualidade pode ser definida pelo gênero, quem dirá então nossos gostos e manias. Mas ainda que imigremos e adotemos uma nova nação, ainda que o lugar aonde

nascemos deixe de existir, nossa nacionalidade de nascimento, nosso primeiro lugar no mundo é imutável. Ainda que nos mudemos muito jovens ou, no caso dos refugiados, nascamos em terras estrangeiras, acabamos por absorver a cultura nacional de nossos pais. Lacan afirma que “entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura” (1981, p. 15). A nacionalidade, para milhões de pessoas, ainda é uma das poucas características imutáveis em nós; “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural [...] pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2006, p. 47).

Dessa naturalidade vem a força que o pertencer a uma nação, a um país, exerce sobre os indivíduos. Já nascemos parte de algo maior, que ainda que em tempos de globalização seja tão delicado e cada vez menos poderoso, nos une a milhares, às vezes milhões de outras pessoas. A nacionalidade nos oferece a segurança de pertencemos a algo maior que nós mesmos, ela apazigua nossa solidão. Para Anderson,

Uma nação é “uma comunidade política imaginada [...] porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (1991, p. 32).

Para entendermos a formação da ideia de nação é importante definirmos o que é uma nação, um Estado e como eles se diferenciam do que hoje, tão vulgarmente, chamamos de estado-nação. Os três conceitos são complexos e temas de debates acalorados entre sociólogos ainda hoje. Nossa busca de uma definição simplificada vem apenas atender a necessidade do presente trabalho.

A formação do Estado tem seus primórdios no século XVI, quando as burguesias urbanas ascendentes provocaram uma ruptura com os impérios e dinastias. O Estado seria então, um “ordenamento jurídico de uma sociedade, e de aparato legislativo, judicial e militar que elabora e impõe coativamente à população tal ordenamento, ainda que com base em um consenso mínimo” (GALLINO, 2008, p. 389). Tão complexo quanto o conceito de Estado, a nação é “uma população que tenha experimentado por várias gerações uma comunidade de território, de vida econômica, de cultura, de língua, de acontecimentos históricos, ao ponto de [...] formar uma consciência precisa da mesma e desenvolver um elevado apego afetivo” (GALLINO, 2008, p. 624). Sendo

assim, ousamos igualar um estado a um governo e uma nação a um povo, e um estado-nação a um país, composto de seu governo e seus habitantes.

Mas como surge então a ideia de nacionalismo e as definições de uma identidade nacional? Como que os habitantes de um mesmo território passam a ser enxergar como portadores de muitas das mesmas características culturais?

Um dos vários teóricos que trabalham com o conceito de nação, Benedict Anderson (1991) acredita que a popularização da língua vernácula em textos impressos foi um dos fatores cruciais para a formação das nações. As línguas escritas, como o latim, foram perdendo espaço na imprensa para as línguas locais e, isso tornou possível que mais e mais pessoas passassem a ter acesso aos textos e que, falantes de línguas semelhantes, que acaso não conseguissem se entender oralmente por diferenças fonéticas, pudessem agora se comunicar através do papel. Esses leitores, então, percebem que fazem parte de um grupo maior de pessoas capazes de ler a mesma língua, mas que apenas as mesmas fazem parte desse grupo, o que o autor chama de “comunidades imaginadas”. Anderson postula que

o que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana (1991, p. 78).

Essa revolução linguística se deu em meio a profundas mudanças econômicas, de diversas descobertas científicas que, cada vez mais, colocavam o próprio ser humano no centro do universo, fazendo com que as religiões e a descendência divina dos governantes deixassem de ser axiomáticas. Esta convergência de acontecimentos e disseminação de ideias – principalmente e através da imprensa – leva os homens a lentamente perceberem que fazem parte de um grupo de pessoas, maior que suas comunidades de origem, com características comuns.

É interessante notar que, para Anderson (1991), as mudanças sociais que levariam a formação, no século XX, dos países (estado-nação), aconteciam, até então, principalmente em meio ao povo, que ia absorvendo os acontecimentos que se davam ao seu redor. Enquanto isso, a maioria dos nobres tardou a adaptar-se a nova ordem mundial. Nas cortes da Europa ainda se falava o latim, ou a língua oficial, que variava a cada novo reinado, não existindo qualquer ligação entre a língua falada e o território habitado. Alheia a seus governantes, a burguesia ia crescendo e se apoiando cada vez

mais em uma língua comum, ainda que apenas escrita, para transações comerciais. Iam também criando vínculos com outros comerciantes, criando uma nova classe social. Somente no século XIX é que vai surgir, entre os governantes, a necessidade de afinar a língua oficial dos governos, que lentamente se tornavam estados, com a língua falada nas ruas, criando os “nacionalismos oficiais”.

Na contramão, Bauman (2005) não acredita que o surgimento da ideia de nação se deu entre o próprio povo, mas sim, que a identidade nacional foi criada pelo estado como um dever de seus habitantes. Para o autor, a desintegração das aldeias durante a formação dos estados modernos foi o fator primordial que deu início à necessidade dos indivíduos em estabelecerem uma nova identidade, nesse caso, uma identidade nacional. A própria noção de identidade estaria no cerne da questão nacional. O *dever* de pertencer a um estado, de ser uma nação, foi lentamente incutido em homens e mulheres pelos governantes, como ato político para a garantia da soberania nacional. Bauman acredita que

o nascente estado moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para consolidar e se concretizar numa realidade e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeado por ambos (2005, p. 26).

Até meados do século XX, a maioria das pessoas – composta por agricultores e moradores de pequenos vilarejos – vivia completamente alheia à existência e futura exigência de portarem uma identidade nacional. Quando o governo passou a questionar a nacionalidade das pessoas - para fins de registros – foi que surgiu nelas a realidade da existência de uma identidade nacional, algo que até então não fazia parte de sua compreensão de mundo. Este questionamento levaria a uma crise de pertencimento, acendeu uma fagulha do que é a crise identitária moderna.

Em comum, ambos os teóricos trazem a convicção de que a ideia de nação que temos hoje, de um povo unido sob um governo eleito ou imposto, que compartilha das mesmas tradições, de uma mesma cultura, é recente e ingênua. A identidade nacional seria uma construção tão recente quanto a própria ideia de nação. É Liszt quem nos alerta que “a construção da identidade nacional [...] privilegiou o sentimento de unidade em detrimento da diversidade” (VIEIRA, 2009, p. 65). Diferente da maioria das

identidades, a identidade nacional nos é imposta através do que Hall (2006) chama da “narrativa da nação”.

Criou-se então a ilusão de que os habitantes do mesmo país estavam unidos por algo muito maior que eles, um estado místico que os antecedia e continuaria muito depois de terem partido. Resumindo, Eder acredita que “o resultado é a construção de uma identidade coletiva que se manifesta como a ideia de um *ego* capaz de ter ou expressar uma vontade coletiva. Essa identidade permite superar interesses particulares” (EDER, 2003, p.7, grifo do autor). Mas a identidade nacional, onde existente, não é capaz de abarcar a pluralidade dos indivíduos, se fazendo tão insuficiente quanto as instituições que regiam a vida dos mesmos como Igreja, Estado, família e escola. Esses até então, pilares da vida terrestre, ao terem sido fundados sob e propagadores de regras imarcescíveis, não parecem mais aptos a suprir os questionamentos que surgem em um mundo cada vez mais veloz e conectado. Bauman problematiza que “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2004, p. 23).

A globalização da economia também teve reflexo sobre como vemos a nós mesmos. A força do pertencimento nacional foi esvaindo-se à medida que a importância econômica do próprio território nacional enquanto gerador de riquezas perdeu sua relevância. É cada vez maior o número de empresas que realocam suas fábricas em países onde a mão de obra é mais barata e os direitos dos trabalhadores mais controlados. Países como a China e Taiwan se tornaram verdadeiros canteiros de fábricas mundiais e, não raramente, diferentes peças de um mesmo produto são produzidas em dezenas de diferentes países e somente acopladas no país de origem da marca. Os próprios governos buscam proteção financeira investindo as reservas nacionais em títulos de outros países. Ser parte de uma nação, em um mundo “sem fronteiras”, já não oferece solidez ou segurança.

3. A identidade nacional em “Uma Estrela Chamada Henry”

No romance “Uma estrela chamada Henry”, o narrador homodiegético relata a trajetória de Henry Smart desde seu nascimento em um cortiço em Dublin, passando por

sua infância nas ruas e sua juventude como soldado voluntário do IRA². Henry Smart nasceu no final do século XIX na Irlanda ocupada pelo império britânico e, assim como a maioria de seus conterrâneos, nunca conheceu nada além da miséria e da fome. Sua miséria pessoal se confundia com a miséria do povo dominado por um governo estrangeiro e com a imundície da cidade em que vivia: “era uma criança dos cortiços de Dublin [...] comida ruim, bebida péssima, ar nauseabundo. Ossos ruins, vista péssima, pele frágil. Magérrimos, corcundas, destroçados. [...] Sujeira e fuligem eram a cola que grudava as várias partes de Dublin” (DOYLE, 2001, p. 16-7).

Henry nasceu anônimo. Quando chegou sua hora de vir ao mundo, seus pais, Melody e Henry, já haviam enterrado dois filhos - o primeiro Henry e a menina Lil - e diante da dura realidade, batizaram o terceiro filho antes mesmo de escolher seu nome. Quando seu pai se deu conta de que ele iria vingar, não resistiu à vaidade de também chamá-lo Henry. A mãe imediatamente rejeitou a ideia, sentindo como se o pai tentasse substituir seu primeiro filho pelo terceiro, mas o esposo foi irredutível. Deste momento em diante, a mãe passou a se ressentir “do outro Henry. A sombra. O impostor” (DOYLE, 2001, p.44) e, conseqüentemente, do marido que a obrigou a aceitar a imposição do nome. Ao perceber que sua mulher se distanciava cada vez mais, também o pai afastou-se de Henry. “Eu era Henry, mas nunca me chamavam assim. Ela não queria chamar, ele não podia [...] Assim, eles não me chamavam de nada. Eu era o menino. O moleque. Ele mesmo. Ele. A criança” (DOYLE, 2001, p. 45).

A família de Henry nunca lhe ofereceu relacionamentos estáveis ou um lar seguro. O pai estava sempre trabalhando, a mãe passava o dia a olhar o céu pensando nos filhos mortos e a avó lia vorazmente para não precisar encarar a própria realidade. Sem nome, sem escola e sem importância, o pequeno protagonista passava os dias pelas ruas da cidade, cometendo pequenos furtos e fazendo traquinagens, sempre na companhia de seu irmão Victor, que havia nascido logo depois dele. Juntos, se sentiam fortes e na rua se sentiam compreendidos pelos tantos outros miseráveis que, como eles, não tinham porque voltar pra casa: “lá ia eu, perfeitamente em casa, um moleque de rua instantâneo, bem-vindo e ignorado. Lutei pelo meu canto. Olhei e aprendi” (DOYLE, 2001, p. 59).

² A origem do IRA remonta à Irmandade Republicana Irlandesa (IRB), popularmente conhecida como *Fenians*, fundada em Dublin e Nova York em 1858. Em 1919, o IRA seria reconhecido pelo Sinn Féin, partido do governo, como o braço armado da República Irlandesa (COOGAN, 2000).

Os irmãos Smart eram ainda muito jovens para compreender que a razão para tanta miséria, sujeira, para tanta falta de tudo, era o fato de seu país estar sob o domínio dos ingleses. Estrangeiros que invadiram e dominaram sua pátria simplesmente para expandir seu território. Eles não levaram melhores condições de vida, tecnologia ou, ao menos, a vontade de ajudar a população local. Eles simplesmente extorquiam as riquezas e recrutavam os homens para lutar a guerra por eles. “A Irlanda era sempre a última prioridade para a política do Reino Unido” (TOWNSHEND, 1998, p. 4).

Apesar da ignorância dos meninos, é interessante notar como Henry já percebia que algo estava errado na relação do povo (irlandeses) com os governantes (ingleses). Durante um desfile do rei e da rainha pelas ruas de Dublin, Henry se enche de revolta ao perceber que as pessoas saudavam e acenavam para “um paspalho” e que “ali não era o lugar dele” (DOYLE, 2001, p. 66). Ele não entende porque sente tanta raiva daquela situação e questiona porque havia gritado “Foda-se” para aquele homem: “Será que eu era um pequeno feniano³. Nada disso. Não sabia nem que era irlandês. Vi a riqueza e a cor, o rosto avermelhado e brilhoso, e sabia que ele não era de Dublin” (DOYLE, 2001, p. 66). A raiva dele brotou, ainda que inconscientemente, ao perceber que a multidão pálida e faminta festejava a passagem de um senhor saudável e bem alimentado, aquele responsável por sua fome e sofrimento. Coincidentemente, o pai de Henry assistiu a cena e repreendeu o filho por sua atitude, por ter sido rude com o visitante.

O pai também não percebe o absurdo de seu sermão, se o rei é o chefe da Irlanda, porque então deve ser tratado como visitante? Se ele não estava em casa, porque tinha o poder de decidir seus destinos? Mas, nos bastidores, uma minoria militante já se organizava para tentar dar fim a essa situação de dominação. Eram jovens nascidos em famílias católicas, que acreditavam no seu direito à terra e de governarem a si mesmos. Jovens educados e treinados para, no momento certo, clamar de volta a posse de seu próprio país. É um desses homens que se aproxima do grupo de garotos com quem Henry e Victor estavam, questionando o amor dos meninos pela Irlanda; uma pergunta que ainda não estava clara para eles já que “a Irlanda era uma coisa de canções que velhos bêbados choramingavam enquanto se equilibravam [...] era isso, e mais nada” (DOYLE, 2001, p. 86). Pela primeira vez, Henry escuta alguém questionar a validade do governo inglês e os convidava a tomar de volta a terra que havia sido

³ Membro do grupo secreto de revolucionários conhecido como Irmandade Republicana Irlandesa (IRB). (TOWNSHEND, 1998).

roubada dos irlandeses. É então que ele desperta para a ideia de pátria e passa a observar os jornais e espionar as conversas dos adultos, nas quais aprende sobre o Sinn Féin, a morte do rei Eduardo e a futura coroação de George V, e percebe que “Dublin não dava a mínima” para o novo rei (DOYLE, 2001, p. 99).

O momento definitivo na relação de Henry com sua herança nacional se deu no mesmo dia em que Victor morreu de tuberculose, deixando Henry absolutamente sozinho, enquanto o novo rei estava sendo coroado em Londres. “Será que tossiam até morrer em Londres? Será que os reis e as rainhas tossiam sangue? Será que seus filhos morriam embaixo de encerados?” (DOYLE, 2001, p. 100).

A segunda parte do livro se inicia com um protagonista mais velho, já membro do Exército Irlandês de Cidadãos (EIC), invadindo a Central dos Correios no Levante da Páscoa de 1916⁴. Durante os dois dias que passou encurralado com o grupo, sendo atacado pelo exército inglês, o narrador se utiliza de *flashbacks* para dar indicações de como Henry foi parar ali e descreve como sua postura frente a questão irlandesa vai mudando de acordo com os acontecimentos. Após a morte de seu irmão, sozinho e abandonado, ele passou a dormir na escadaria do Liberty Hall – sede do EIC – onde conheceu Conolly, um dos principais articuladores da resistência irlandesa. Para Henry, Conolly se tornou mais que um líder, e sim uma figura paterna, algo que até então ele não havia conhecido.

- Tem alguém melhor que você, Henry?
- Não, senhor Connolly.
- Correto. Ninguém no mundo. Você alguma vez olhou nos seus olhos, Henry?
- Não, senhor Connolly.
- Então deveria, meu filho. Aí tem inteligência, posso vê-la faiscando. E criatividade e tudo que quiser. Está tudo aí.
- [...] E olhei. Todas as manhãs. E vi o que ele tinha visto, queimando, debatendo-se para sair (DOYLE, 2001, p. 148).

Foi Connolly quem enxergou Henry pela primeira vez, ele o acolheu, o ensinou a ler e a acreditar em si mesmo, e despejou no jovem toda a sua ideologia nacionalista. Explicou-lhe que toda a pobreza e as privações que passavam eram consequência de séculos de dominação estrangeira, que a Inglaterra era o verdadeiro mal e que quando expulsassem os ingleses, tudo mudaria. Henry ouviu cada palavra e quando Connolly

⁴ O Levante da Páscoa foi o movimento de libertação mais significativo do século XX na Irlanda desde a rebelião de 1798, porque apesar de mal sucedido, plantou a semente que levaria o país à Guerra de Independência. (COOGAN, 2000).

partiu para enfrentar o exército inglês, fosse por amor à figura paterna ou ao líder rebelde, ele o acompanhou sem hesitação. Hobsbawn acredita que “a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras” (1998, p. 20).

A primeira reação de Henry ao invadirem a sede central do Correio é de total descrença na possibilidade de que esses poucos revolucionários pudesse realmente mudar o atual estado das coisas. O exército de resistência era formado pelos mais variados grupos, empresários, sem-teto, poetas, caipiras e católicos, todos aparentemente reunidos pelo objetivo comum de libertar a Irlanda do domínio inglês, mas nenhum com treinamento militar ou qualquer experiência em batalhas. Os líderes do movimento também estavam longe de serem as figuras heroicas que se vê nos livros de História e, junto com os soldados, formavam um bando de renegados que provocava risos quando passava em meio à população.

Mas ao longo desses dois dias, o sentimento de indiferença de Henry vai se transformando em uma legítima gana de mudar a situação nacional. A primeira faísca de nacionalismo já havia surgido nele quando marchavam juntos para assumir o controle do Correio, “o barulho de nossos pés em uníssono, como ecos estranhos que precedem as balas ou o tique-taque segundos antes de alguma coisa monumental acontecer, fiz-me estremecer e a multidão, calar-se” (DOYLE, 2001, p. 112). É como se Henry e a multidão realmente quisessem acreditar que, desta vez, depois de tantas lutas vãs, as coisas realmente mudariam. Uma vez tomada a sede, a bandeira da Irlanda foi hasteada ao som de aplausos e gritos, “fiquei imaginando a bandeira sendo desfraldada pelo vento, uma cor de cada vez [...] eu também aplaudi, não pude me controlar”. (DOYLE, 2001, p. 114). E seguiu-se a leitura da Declaração de Independência, e, em silêncio absoluto, Henry absorveu cada palavra, e durante o trecho que declarava o direito de cada cidadão de buscar a felicidade e a prosperidade, ele encontra seu lugar, “minha parte, minha contribuição, meu presente para Victor” (DOYLE, 2001, p. 115).

A verdade é que, assim como Henry, todos os envolvidos na revolução traziam para a luta seus motivos pessoais. Ele sabia quais eram os seus, mas por muito tempo se manteve cego aos interesses pessoais alheios. Ele lutava não somente pela libertação do país e pela promessa de uma vida melhor, ela também lutava contra tudo aquilo que lhe havia sido negado. Esta luta pessoal é retratada na cena em que, no decorrer da ocupação, Henry se encontrou de tocaia na janela central do edifício, olhando para as

lojas mais caras da cidade que ficavam do outro lado da rua. Assim que alguns inimigos tentaram se aproximar e eles receberam ordens para atirarem, ele se ocupou de destruir as vitrines das lojas, atirando nos sapatos que nunca teve, nos bolos que nunca comeu e nos casacos que nunca o protegeram do frio. Mais tarde, ao caminhar pelos escombros confessa, “eu me senti vivo de novo. Senti o sangue correndo nas veias: eu tinha acabado com o lugar, não deixando pedra sobre pedra” (DOYLE, 2001, p. 157). É como se ao destruir as coisas que nunca pode ter, exorcizasse o sentimento de abandono que o acompanhou durante toda a infância.

A grande ironia desse episódio histórico foi que os voluntários invadiram a sede dos Correios para oferecerem resistência ao exército inimigo, mas a maioria dos pelotões ingleses estacionados em Dublin era formada pelos próprios soldados irlandeses que se alistavam no exército inglês em busca de melhores condições de vida. O povo estava claramente dividido entre os compatriotas que tinham um trabalho honesto nas tropas do Império e os revolucionários que queriam a saída do Rei. O levante de Páscoa terminou com os revolucionários presos e com o assassinato de alguns líderes pelos próprios conterrâneos, a mando do Rei. Não obstante, algo começou a mudar na consciência do povo que enxergou pela primeira vez que, independentemente de que lado estivessem, eram eles, os irlandeses, que saíam sempre derrotados. Quando Henry consegue escapar da prisão, vai se encontrar com uma antiga namorada, na esperança de que ela o ajude a se esconder, entretanto ela lhe garante que não é preciso, “nunca vão entregá-lo [...] e tem mais: farão os maridos se juntar aos rebeldes, se por acaso voltarem da guerra” (DOYLE, 2001, p. 167).

Após a fuga da prisão, Henry perdeu o contato com seus antigos companheiros, arranjou um trabalho de estivador no porto de Dublin e tentou construir uma vida normal para si e para Annie, sua antiga namorada. Mas seu passado não tardou a bater em sua porta, e certo dia, enquanto bebia sozinho no bar que frequentava, foi reconhecido por um antigo companheiro de luta, Jack Dalton. Dalton o atualizou sobre os últimos acontecimentos dentro do movimento de libertação, como eles estavam se organizando melhor dessa vez e que a população estava ao seu lado. Conversaram a noite toda e na hora de ir embora, Henry percebeu que “estava pronto para morrer de novo pela Irlanda [...] pronto para cair morto por uma versão da Irlanda que tinha muito pouco ou nada a ver com a Irlanda por quem eu resolvera morrer da última vez” (DOYLE, 2001, p. 195).

A diferença desta nova Irlanda era que não só o povo, mas os homens poderosos estavam tomando partido para o lado dos rebeldes e, nesta nova Irlanda em formação, todos conheciam o nome de Henry Smart, o soldado que escapou do Império. Pela primeira vez, ele se sente um cidadão irlandês, uma pessoa respeitável e respeitada e “escutava seus sussurros e cochichos, dos rapazes e das garotas, antes de entrar na sala, e adorava o silêncio e a adoração que me dispensavam” (DOYLE, 2001, p. 196). Henry abraçou por completo a causa e cada minuto do seu dia era agora dedicado aos fenianos. Mas assim como a vaidade movia Henry, a maioria dos envolvidos na luta também tinha uma agenda própria e perceberam que se a revolução fosse bem articulada, eles poderiam ganhar benefícios pessoais, além da libertação.

Um exemplo dessa nova consciência é a personagem do senhor Gandon, um conhecido gangster local que se filiou ao Sinn Féin para poder concorrer a uma cadeira no Parlamento e mudou seu nome para O’Gandúin, um equivalente gaélico, para provar de que lado da luta estava. O gaélico⁵ era utilizado como uma forma de reconhecer o verdadeiro irlandês e como uma forma de eles se diferenciarem diante dos ingleses. Mesmo aqueles, como Henry, que nunca haviam aprendido a língua, reconheciam a sua importância, “a verdadeira Irlanda estava a oeste de Dublin, as pessoas de verdade ficavam a oeste, oeste, oeste, quanto mais a oeste melhor, nas ilhas, nas rochas para longe das ilhas, *falando gaélico*, comendo lã” (DOYLE, 2001, p. 241, grifo nosso). E apesar da maioria dos rebeldes serem dublinenses e não falarem gaélico, todos os discursos eram iniciados na língua de seus antepassados, a língua que lhes tinha sido extirpada pela dominação inglesa. Havia ainda outras características que diferenciavam irlandeses e ingleses. Durante a narrativa, Henry se torna amigo de um homem sérvio e é esta personagem que vai oferecer a visão do irlandês de acordo com outras culturas. De acordo com ele, os irlandeses estavam sempre pensando na família e tinham caras tristes. Já Henry se utilizava de uma característica irlandesa, para colocá-los em uma posição superior, lembrando aos jovens durante os treinamentos que um irlandês médio era oito centímetros mais alto que um inglês médio.

Durante três anos, Henry percorreu o interior da Irlanda, treinando jovens camponeses, preparando-os para a guerra que não tardaria em chegar. Ele se sentia sozinho, “mas lembrar a causa me acalmava, um sentimento de estar fazendo parte de alguma coisa que tomava conta de mim” (DOYLE, 2001, p. 257). A sensação de

⁵ O gaélico era a língua oficial da Irlanda antes das invasões inglesas na Idade Média.

pertencimento fechou os olhos dele para as mudanças que ocorriam dentro da organização, enquanto ele passava frio e fome, os líderes conquistavam cargos políticos em negociações oportunistas com os ingleses e os rebeldes com diplomas eram retirados das ruas e designados para trabalhos burocráticos. Cada vez que Henry volta a Dublin, seus companheiros parecem estar mais e mais distantes dos objetivos que os uniam e mais interessados nos jogos políticos entre os principais articuladores e o governo britânico. Para Castells, “nem todas as identidades têm condições de encontrar refúgio nas instituições dos governos locais e regionais” (2008, p. 319). Henry percebe que nunca foi convidado a participar das negociações políticas, e apesar de sua imensa popularidade, nunca foi convidado a se candidatar a cargo algum, estava sempre obedecendo ordens, mas nunca influenciava nas decisões, ele mesmo admite que “não tinha ideia alguma de minha pequenez e anonimidade” (DOYLE, 2001, p. 237).

Nesse mesmo período Henry se casa com uma voluntária do movimento. Juntos eles preparam emboscadas e passam os dias fugindo dos militares britânicos. É sua esposa quem o ajuda a finalmente enxergar aquilo que ele já suspeita há tempos, que o movimento de libertação havia se tornado um movimento de tomada de poder. Tudo o que os líderes pareciam querer agora era tomar os postos dos ingleses e clamar para si as regalias de se estar no comando. Ele é então escalado para participar do assassinato simultâneo de vários policiais ingleses, e no decorrer da ação, aos pés do homem que deveria matar, Henry tem sua epifania. Ele enxergou claramente que eram sempre os mesmos homens que mandavam e os mesmos que executavam as ordens, e pela primeira vez, questionou a hierarquia que havia surgido entre os rebeldes e se convenceu que nunca seria mais que mão de obra barata em uma luta que não era sua: “eu tinha tomado minha decisão: minha guerra tinha terminado” (DOYLE, 2001, p. 321).

Henry acaba preso pela conspiração e, abandonado na cadeia pelos companheiros, compreende pela primeira vez a sua nacionalidade, mas uma nacionalidade nova, que nada tem em comum com as poucas conquistas reais e a enorme destruição causada pela rebelião. “Era irlandês. Estava sozinho” (DOYLE, 2001, p. 337). Ousamos dizer que, neste momento, Henry realmente compreende o que era ser irlandês naquele momento e contexto histórico. O povo estava sozinho, eternamente ignorado pelos ingleses e pelos líderes de um movimento que perderam de vista os verdadeiros motivos que os levaram a guerra, e que acabaram cegos pela

própria ganância. Ele havia se alistado para lutar pela libertação do povo, para que o governo e os sindicatos ingleses se retirassem e devolvessem ao povo seu próprio destino. Ele sonhava com uma Irlanda livre, sem miséria, e tudo que havia consigo com sua luta foi ser preso, ignorado e manipulado.

Sua mulher, que também acabou sendo presa, compra sua liberdade e ele decide se afastar de Dublin, então o centro da disputa, e se esconder no interior.

Fui para oeste, para lugares selvagens onde repúblicas não significavam nada e onde os ingleses nunca haviam posto os pés, para lugares que já tinham sido destruídos em 1847⁶. Fui para o sul, para o país das vacas, onde os fazendeiros não davam a mínima para o Estado Livre ou comissões de fronteiras. Escondi-me lá e em outros lugares enquanto o Estado Livre nascia e a guerra civil⁷ seguia de perto (DOYLE, 2001, p. 362).

De volta ao interior, Henry reencontra Ivan, um dos rapazes que havia treinado anos antes. Assim como Henry, Ivan demorou a perceber o papel maniqueísta que desempenhava na luta, mas diferentemente dele, decidiu se aproveitar da situação em favor próprio e, uma vez que os líderes se concentravam em Dublin, tornou-se “capitão” de sua região, usando as armas para intimidar os moradores e assumindo uma posição local de poder. Ao se reencontrarem, Ivan expôs seu ressentimento “a Irlanda é uma ilha, um monte de estrume. Era pelo controle da ilha, esta era a razão de toda aquela luta, e não pelas harpas⁸ e mártires e a liberdade de brandir um *hurley*⁹” (DOYLE, 2001, p. 348, grifo do autor). Ironicamente, o protagonista decidiu ir embora para a Inglaterra e viver anonimamente, já que a conquista de liberdade não reservava nenhum cargo importante ou mudança de vida relevante para ele. Assim como o povo, a única coisa reservada para ele era a velha Irlanda, sob um novo comando.

Considerações finais

O romance retrata a busca de uma criança por seu lugar na sociedade e sua luta pelo direito de ser alguém, no caso, de ter um nome. Henry está sempre em conflito com

⁶ Período em que A Grande Fome da Batata matou mais de 1 milhão de irlandeses e forçou mais de 1 milhão a imigrarem para a América do Norte.

⁷ Apesar de terem vencido os ingleses na luta armada, a Irlanda não foi declarada independente, e sim, lhe foi oferecida um Tratado no qual ganharia apenas representação junto ao Império Britânico. Os nacionalistas se dividiram então em dois grupos, prós e contra o Tratado, respectivamente representados pelo Sinn Féin de Michael Collins e o Fianna Fáil de Éamon de Valera. Essa divisão levou o país a uma guerra civil. (COOGAN, 2000).

⁸ Símbolo nacional da Irlanda.

⁹ Taco de madeira utilizado para se jogar o Hurling, esporte exclusivamente irlandês. Os tacos foram proibidos durante a ocupação inglesa por serem usados como armas.

o desejo de ser único, de ser o Henry que veio depois, o Henry que sobreviveu, e ao mesmo tempo, está sempre buscando um lugar a que possa pertencer, pessoas com quem se identificar.

Ignorado pelos pais, Henry busca nas ruas a companhia de outros anônimos como ele, garotos de rua que não tinham a quem recorrer, mas que juntos tinham o poder de defender uns aos outros: “Achavam a gente demais, éramos os meninos das sarjetas de Dublin. A cidade era nossa. O destino era o mesmo” (DOYLE, 2001, p. 84-5). Mas é na luta armada, como um soldado nacionalista, que Henry vai encontrar, ainda que brevemente, a verdadeira sensação de pertencer a algo maior do que si mesmo.

Entretanto, uma das constatações mais interessantes da análise parece ser a flexibilidade dessa identidade nacional retratada no romance. Entre tantas identidades culturais existentes, nos habituamos a considerar a identidade nacional como mais uma delas e raramente paramos para analisar o quão instável e múltipla também podem ser.

Enquanto ainda vivia nas ruas e tem o primeiro contato com a ideia de ser irlandês, Henry associa o “exaltar” a Irlanda às velhas canções dos velhos bêbados, algo não muito distante da sua realidade, mas com que ele não consegue empatizar. É realmente Conolly que vai despertá-lo para a questão nacional ao ressaltar que todos os problemas deles, a pobreza, a fome, a falta de futuro, não são sua culpa, não são sua condição de irlandeses, mas sim, de um povo dominado. Henry se convence de que é preciso lutar pelo direito de ser irlandês em um país que não seja mais dominado pelos britânicos e se transforma num nacionalista.

Ainda assim, a identidade irlandesa não é uma constante durante todo o romance. Dependendo da situação em que o protagonista ou seus compatriotas de encontram, sua própria definição de nacionalidade se altera. No início a ideia é romantizada pelo desejo de pertencer a algo maior, de lutar lado a lado por um objetivo comum e, é este anseio de pertencimento, que transforma desabrigados e camponeses em soldados. Ser irlandês é posicionar-se contra o colonizador, é lutar por sua terra. “Ser irlandês estava se tornando sedicioso” (DOYLE, 2001, p .212).

Mas no decorrer da história, muitas posições vão mudando, principalmente entre os líderes do movimento que acreditavam, no início, que ser irlandês era ser livre dos ingleses e, aos poucos, parecem acreditar que ser irlandês era ser governado por outros irlandeses, neste caso, eles mesmos. Henry percebe essas mudanças e tem sua epifania na prisão, quando se percebe irlandês e sozinho.

É preciso lembra ainda que apesar de todos estarem unidos por um objetivo comum, eles carregavam ainda outras identidades simultâneas. Um episódio ilustra esta realidade quando socialistas, empresários e católicos se ajoelham juntos para rezar por sua proteção.

Assim como é inaceitável atualmente se falar em um sujeito unificado, não podemos, no calor das discussões sobre identidades, correr o risco de simplesmente substituir o adjetivo unificado por uma lista de outros. É preciso ter sempre em mente que até nas características que nos unem, podemos achar detalhes e diferenças e é aí que reside a fragmentação das identidades.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COOGAN, Tim Pat. *The I.R.A.* London: Harper Collins Publishers, 2000.

DOYLE, Roddy. *Uma estrela chamada Henry*. Trad. Lidia Luther. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

EDER, Klaus. Identidades Coletivas e Mobilização de Identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, N. 53, p. 5-18, outubro. 2003.

GALLINO, Luciano. *Diccionario de Sociologia*. 5. ed. México, d.f.: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACAN, Jacques. *A Família*. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos, Graça Lamas e Graça Lapa. Lisboa: Assirio e Alvim, 1981.

TOWNSHEND, Charles. *Ireland: The 20th Century*. London: Arnold, 1998.

VIEIRA, Liszt. Morrer pela pátria? Notas sobre identidade nacional e globalização. *In Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2009.